


TEXTO PARA DISCUSSÃO

Promoção do Desenvolvimento em
Escala Territorial: Uma Abordagem
com Ênfase na Experiência Catarinense

Hoyêdo Nunes Lins

Nº 06/2003



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
COORDENADORIA DE MESTRADO EM ECONOMIA INDUSTRIAL
Campus Universitário – Trindade
CEP 88049-970 – Florianópolis – Santa Catarina
Tel.: (48) 331.9458 – Fax.: (48) 331.9776**

Promoção do Desenvolvimento em Escala Territorial: Uma Abordagem com Ênfase na Experiência Catarinense

Hoyêdo Nunes Lins^()*

Resumo

Entre as mudanças recentes no cenário político de vários países figura a descentralização de funções do Estado, destacando-se as de promoção do desenvolvimento. Essa descentralização transformou-se num quase paradigma, sendo que muitas vezes tratou-se mesmo de necessidade, já que as restrições de ordem técnico/financeira e/ou a reorientação na conduta pública diminuíram a capacidade do Estado central para atuar na esfera local-regional. A promoção do desenvolvimento em escala territorial é o tema básico deste trabalho. Após uma abordagem geral sobre a vinculada problemática e sobre alguns aspectos importantes da trajetória do planejamento regional no Brasil, descreve-se e analisa-se uma experiência específica impregnada do sentido de descentralização das iniciativas públicas. Essa experiência refere-se a Santa Catarina, traduzindo-se tanto no envolvimento das Associações de Municípios nas atividades de planejamento do estado como na criação e operacionalização de Fóruns Regionais de Desenvolvimento. Em número de quinze já formalmente instalados, e com cinco em processo de constituição, esses Fóruns foram criados no âmbito das Associações de Municípios com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local e regional. Essa contribuição baseia-se em atividades como, por exemplo, articulação de instituições municipais e supra-municipais em torno de objetivos regionais, estímulo e canalização do debate sobre problemas local-regionais, mirando o seu equacionamento, e fortalecimento/aperfeiçoamento das organizações. Em alguns casos, como no Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado, criado no âmbito da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (com sede em Chapecó), as iniciativas protagonizadas revelam um alcance realmente considerável e promissor.

Palavras-chave

Desenvolvimento local-regional; Santa Catarina; Fóruns Regionais de Desenvolvimento

Introdução

Planejar e promover o desenvolvimento local-regional figuram entre as atribuições "clássicas" do Estado. As atividades nelas enfeixadas ganharam impulso logo após a Segunda Guerra Mundial, no caudal das transformações socioeconômicas e políticas que marcaram o período, principalmente em solo europeu. Isso ocorreu em sintonia com o reconhecimento de que, tendo em vista as desigualdades que via de regra caracterizam a incidência territorial do desenvolvimento econômico sob o capitalismo – algo testemunhado historicamente (Braudel, 1998; Wallerstein, 2001) e passível de tratamento teórico (Harvey, 1978) –, é fundamental conceber e implementar políticas com componente geográfico explícito. No Segundo Pós-Guerra, o que se colocava como perspectiva em cada país, naqueles anos de grandes mudanças, era a vinculação entre objetivos nacionais de desenvolvimento e processos/iniciativas local-regionais, figurando a redução das desigualdades de desenvolvimento como meta básica a ser alcançada (Friedmann, 1966). As tensões incrustadas na permanência dessas desigualdades contribuíram para o fortalecimento daquelas funções públicas, pois os desequilíbrios eram tidos como fontes de risco à coesão social e até à unidade nacional, além de ameaça à própria legitimidade do Estado (Johnston, 1986).

Entretanto, nas últimas décadas o planejamento e a promoção do desenvolvimento regional e local passaram por grandes mudanças, tanto na idealização como na realização. Isso refletiu alterações gerais na forma de atuação do Estado em que despontaram a atrofiação de diversas funções e a busca de menores despesas públicas, em ambiente onde o (mal) chamado neoliberalismo prevaleceu como orientação política e ideológica. Conforme alguns pontos de vista, o modelo anterior de planejamento e promoção, em que o poder central exercia um papel tão voluntarista quanto

^(*) Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, com participação no Programa de Pós-Graduação em Economia dessa Universidade.

determinante, simplesmente deixou de existir em diferentes países, mesmo nos mais centralizados. Em seu lugar apareceram práticas com variadas combinações de iniciativas, “não somente entre o Estado e as coletividades territoriais, (...) mas também entre o setor público e o setor privado” (Gaudemar, 1989, p. 277). Na esteira dessas mudanças, a descentralização das atividades do Estado central voltadas à promoção do desenvolvimento acabou por adquirir contornos de quase paradigma.

A problemática da promoção do desenvolvimento em nível local e regional constitui o foco geral de atenção neste artigo. Especificamente, descreve-se e analisa-se uma experiência levada a efeito já há alguns anos em Santa Catarina, vinculada à criação e operacionalização de Associações de Municípios e Fóruns Regionais de Desenvolvimento. O texto encontra-se dividido em quatro partes, além desta introdução. A primeira aborda a tendência geral à descentralização das iniciativas de promover o desenvolvimento, procurando contextualizá-la. A segunda focaliza brevemente, e só em grandes traços, a trajetória do planejamento regional no Brasil, enfatizando as dificuldades das últimas décadas. A terceira ocupa-se de Santa Catarina, situando as iniciativas referentes às Associações de Municípios e aos Fóruns Regionais de Desenvolvimento num itinerário mais abrangente de estímulos ao desenvolvimento e também identificando elementos importantes de sua operacionalização. A quarta e última parte destaca a experiência do Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado da Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina, certamente a que apresentou, entre todas as existentes, o maior alcance nas suas ações até o presente momento.

1. O Problema da Promoção Descentralizada do Desenvolvimento

A descentralização das iniciativas que concorrem para a promoção do desenvolvimento local e regional insere-se em mudanças mais gerais, observadas nas últimas décadas, no modo de atuação do Estado. Essas mudanças apresentaram-se associadas à crise, agravada no final dos anos 1970, do modo de regulação macroeconômica que caracterizou o modelo de desenvolvimento fordista, hegemônico em diferentes países industrializados após a Segunda Guerra Mundial (Glyn et al., 1990). À reboque dessa crise de regulação, ela própria um maior aspecto do esgotamento do modelo fordista como um todo, e em ambiente crescentemente contaminado pela lógica neoliberal, o Estado central distanciou-se dos problemas relacionados a assuntos como educação, saúde e cobertura aos desempregados, proeminentes na ação pública durante os anos da expansão econômica fordista, e teve cada vez mais evidenciada a sua, por assim dizer, função empresarial. Nesse processo, que alguns autores assimilam à emergência de um Estado pós-fordista (Jessop, 1994), várias funções públicas acabaram sendo transferidas para menores níveis de atuação institucional. Essa descentralização é ilustrada na tentativa de sistematização das mudanças no funcionamento do Estado, em relação à vida econômica, realizada por Moulaert, Swyngedouw e Wilson (1988): a assinalada descentralização manifesta-se no “enfraquecimento” do plano nacional paralelamente ao “fortalecimento” das escalas territorializadas de operação (Quadro 1).

Quadro 1: Mudanças nas funções do Estado no pós-fordismo em vários níveis de centralização política

Níveis de tomada de decisão política	Nacional	Regional	Local
Funções do Estado em relação à vida econômica			
<u>Relações ligadas ao trabalho assalariado</u>			
- negociação coletiva	-	+	+
- (co)organização do sistema de seguridade social	-	+	?
<u>Intervenção direta na atividade econômica</u>			
- promoção do capital inovativo	+	+	+
- racionalização do capital tradicional	+	?	?
- investimentos sociais físicos			
. complementares	-	+	+
. discricionários	-	+	+
- planejamento indicativo	-	+	+
<u>Negociação supranacional sobre:</u>			
- sistema financeiro/monetário internacional	+ -		
- cooperação econômica (ex.: invest. diretos, <i>joint ventures</i>)	-	+	+

Fonte: Moulaert, Swyngedouw e Wilson, 1988, p. 21.

Obs.: + mais importante no pós-fordismo; - menos importante no pós-fordismo; + - igual importância no pós-fordismo

O quadro mostra a redução das ações protagonizadas em escala de Estado nacional em relação aos problemas que dizem respeito ao trabalho assalariado e, no que tange à intervenção direta na atividade econômica, aos investimentos sociais físicos e também ao planejamento. No item que concerne às negociações supranacionais, a redução envolve as questões de cooperação econômica, também encaminhadas, da mesma forma que as iniciativas vinculadas aos tópicos anteriores, às esferas regionais e/ou locais de decisão. O ponto de interrogação grafado na esfera local para a função de organizar o sistema de seguridade social espelha o fato de que essa tarefa não é, a rigor, objeto de decisões locais, mas que, ao mesmo tempo, o poder público nesta escala pode constituir a base de "direitos sociais específicos ao nível local como, por exemplo, prêmios especiais quando do fechamento de fábricas ou introdução de sistemas flexíveis de horas de trabalho que sirvam às necessidades dos trabalhadores" (op. cit., p. 21). De outra parte, a interrogação assinalada nas esferas regional e local para a racionalização do capital tradicional traduz a percepção dos autores de que o papel do Estado nesses planos de decisão permanece em geral pouco claro.

Como se observa, em regra, com maior ou menor grau de descentralização das atividades do poder central, as escalas regional e local tiveram ampliadas as suas respectivas participações nos processos enfiados na promoção do desenvolvimento. Todavia, considerar o assunto requer transcender o problema da reorientação político-ideológica do Estado, pois entre os estímulos às novas formas de funcionamento do Estado central figurou a difusão da produção flexível, sobretudo a vinculada às aglomerações geográficas e setoriais de empresas que, ostentando desverticalização produtiva e fortes interações, inclusive cooperativas, e caracterizadas por tecido institucional de considerável espessura, mostram elevado desempenho competitivo mesmo nos mercados internacionais. Nas últimas décadas, de fato, a atenção voltou-se para o que Esser e Hirsch (1989) designaram como "estrutura urbana e regional 'pós-fordista'", onde se destacam "regiões ganhadoras" (Benko e Lipietz, 1992) cujas condições evidenciam a presença de uma certa interpenetração entre "sistemas de produção flexível e desenvolvimento regional" (Scott, 1988). Ora, foi principalmente com base na observação dos *clusters* e/ou "distritos industriais", nos países centrais (Schmitz e Musyck, 1994) ou periféricos (Nadvi e Schmitz, 1994), que o nível local-regional passou a ser exaltado como esfera básica para a promoção do desenvolvimento. Entre os atributos reunidos nessa escala, encontrar-se-ia a possibilidade de uma participação efetiva e estratégica dos próprios agentes objeto da intervenção no reconhecimento e na hierarquização de problemas, assim como na proposição de medidas e, de um modo amplo, no planejamento e na implementação das ações.

Foi a observação dessa "nova" dimensão do desenvolvimento – distinta das realidades focalizadas pelo paradigma dos pólos de crescimento, tão caro a Perroux (1967), e não captada pela teorização ao estilo dos "circuitos de ramo", formulada por Lipietz (1977) – que estimulou a disseminação, nos anos 1980, de expressões como desenvolvimento "local" ou "endógeno" (Lipietz, 2002) e "industrialização difusa" (Pecqueur e Silva, 1989). A noção de *território*, que no dizer de Garofoli (1993) se refere a "uma aglomeração de relações sociais (...) [e ao] lugar onde a cultura local e outros aspectos locais não transferíveis se sedimentaram" (p. 24) ao longo do tempo, é importante para a reflexão nesses termos. A influência da noção de *território* se faz notar amplamente esteja o foco de atenção dirigido para as possibilidades vinculadas à indústria, como tem prevalecido nas análises, ou para as atividades rurais, em derivação na qual se destacam os *sistemas agroalimentares localizados* (Requier-Desjardins, 2002), um recorte analítico que parece influenciar o debate até no Brasil (Abramovay, 2000). Para Vázquez Barquero (1995), desde então "começou a tomar forma uma nova estratégia de desenvolvimento" (p. 226), cujos "objetivos finais são o desenvolvimento e a reestruturação do sistema produtivo, o aumento do emprego local e a melhoria do nível de vida da população" (ibid.).

Em face do que a globalização representa como avalanche do paradigma da "mercantilização sem atenuantes", essa dimensão territorial, onde têm peso as relações interpessoais permeadas pelo compartilhamento de regras e valores, é a que estaria a acenar com alguma possibilidade de um desenvolvimento em "escala humana", na postulação otimista de Coraggio (2000). Em quaisquer circunstâncias, aparece como primordial a atuação decisiva do Estado no estímulo à mobilização dos atores e à cultura da negociação, da mesma forma que no favorecimento à difusão de conhecimentos e *best practices*, entre outras coisas (Lipietz (2001). Esse último ponto é fundamental, pois o "local é sempre um 'lugar político' onde o desenvolvimento se realiza graças a um (...) grupo social catalizador das potencialidades locais" (Lipietz, 2002). Assim, em boa parte, os resultados obtidos dependem das escolhas dos grupos de atores sociais territorializados sobre os "modelos de desenvolvimento" a privilegiar. Leborgne e Lipietz (1990) referem-se a esse problema identificando duas formas polares de estruturas de relações: a "flexibilidade defensiva", que tende a representar até mesmo retrocesso social, além de vínculos pobres entre firmas, e a "flexibilidade ofensiva", amparada por

enriquecimento das relações capital-trabalho e conexões densas entre empresas. Ou seja, em quaisquer circunstâncias, é a política que modela os arranjos materializados nas estratégias de desenvolvimento.

Portanto, manifestada como aspecto das mudanças na forma de atuar do Estado central, e estimulada pela observação das aglomerações produtivas especializadas, a descentralização dos procedimentos de promoção do desenvolvimento não tardou a ser considerada providência necessária e inescapável. Por exemplo, no âmbito da CEPAL, nos anos 1990, a *idéia-força* traduzida na expressão "transformação produtiva com equidade e sustentabilidade" tinha como referência central a "descentralização, particularmente a descentralização *territorial*, seja em nível de regiões, seja em nível de comunas. (...) [Considerava-se que] tal descentralização resulta em uma condição *necessária* para o alcance da transformação produtiva, da equidade e da sustentabilidade (...). A transformação produtiva depende fortemente (...) da conformação de *aglomerados sinérgicos*, isto é, estruturas sistêmicas com elevada retroalimentação, compostas por empresas, centros de investigação científica e tecnológica, sindicatos e/ou corporações e o próprio governo (em seus vários níveis). (...) De outro ponto de vista, a pura descentralização político/territorial (...) contribui para reduzir a desigualdade, na medida em que ela está condicionada também por um limitado acesso ao recurso do poder. (...) [Em terceiro lugar,] (...) uma 'atitude social positiva e atuante em relação à preservação do meio regional' aparece como uma variável definidora do próprio desenvolvimento de cada região. Mas não parece possível despertar e manter uma tal atitude por parte de uma comunidade regional se ela não conta com possibilidades reais para intervir sobre o seu meio ambiente, questão que (...) aparece ligada a processos de descentralização" (Boisier et al., 1992, p. 7-8 – em itálico no original).

A ênfase na importância da esfera local transparece igualmente em postulação mais recente de Sergio Boisier sobre o significado de equidade no atual contexto de debate sobre o desenvolvimento local e regional. Atualmente, perante os desafios da globalização, a idealização e implementação de políticas de desenvolvimento implicam atribuir à palavra "equidade" o sentido de "igualdade de oportunidades iniciais, cuja manutenção no tempo mostra-se ligada ao que cada indivíduo ou coletividade pode fazer" (Boisier, 1996, p. 93).

2. Planejamento Regional no Brasil: Algumas Notas

As últimas duas décadas assistiram a uma diminuição da capacidade do Estado brasileiro para promover o desenvolvimento regional. Entre os principais motivos figuraram as dificuldades financeiras, que, revelando-se graves durante a maior parte desse período, impuseram um estreitamento das margens de manobra para todos os níveis de governo.

Esse quadro adverso marcou sobretudo os anos 1980, quando a crise da dívida externa e a prioridade concedida ao controle da inflação guindaram o curto prazo à condição de horizonte temporal privilegiado para a política econômica. A redução da receita tributária bruta, resultante da contração da economia nos surtos recessivos, e o enorme ônus representado pelos encargos sobre a dívida pública interna e pelos grandes subsídios provocaram, de fato, uma dramática redução das possibilidades de financiamento, agravando a escassez de recursos para investimentos públicos. Acrescentou-se a isso uma maior dificuldade, derivada do ambiente de crise generalizada, para orientar os recursos das empresas estatais controladas pelo governo federal em direção a investimentos em projetos/programas nas regiões mais necessitadas (Haddad, 1989), um problema cujo resultado, "acompanhando o debilitamento do Estado, (...) [foi] uma profunda crise dos órgãos de fomento regional (Cano, 1994, p. 313). Ao mesmo tempo, o processo de desconcentração da dinâmica industrial no país, tributário de um "novo mapa da indústria brasileira" (Diniz e Crocco, 1996) entre os anos 1970 e 1980, deu sinais de esgotamento, refletindo tanto a assinalada crise fiscal e financeira do Estado quanto a degradação das condições de funcionamento dos instrumentos de política econômica do governo federal (Guimarães Neto, 1997).

O contraste com a década de 1970 afigurou-se, assim, irrecusável, pois naqueles anos a disponibilidade de recursos, principalmente nos orçamentos do governo federal, possibilitava o financiamento de investimentos em infra-estrutura nas regiões mais carentes. Da mesma forma, em diferentes espaços impulsionavam-se o crescimento industrial e o uso de novas terras e recursos naturais, com base em incentivos fiscais e financeiros, na oferta de crédito oficial e na atuação de importantes instituições, como as superintendências de desenvolvimento regional e os bancos de fomento (cf., por exemplo, Siqueira e Siffert F^o, 2001). Evidenciou-se uma marcada diferença inclusive com os anos 1950 e 1960, época em que se estimulou a modernização de atividades produtivas nas áreas menos dinâmicas, para evitar que pudessem em face da maior competitividade dos setores industriais instalados principalmente na Região Sudeste (Araújo, 1993).

Assinale-se, de outra parte, que a Constituição Federal de 1988 acarretou a reconsideração das relações entre os níveis de governo que resultou em aumento das atribuições de Estados Federados e Municípios. Tentou-se imprimir uma descentralização governamental que, repercutindo tendências internacionais, significasse o estabelecimento de um novo pacto federativo, destinado a substituir o desenho em vigor desde a década de 1930, que mergulhara numa crise irremediável (Camargo, 1992). Todavia, a nova Carta Constitucional mostrou-se ambígua sobre os papéis dos diferentes níveis de poder, o que contribuiu para aprofundar os desequilíbrios fiscais e dificultar ainda mais as relações entre o governo federal, os governadores estaduais e os prefeitos, cada qual crescentemente empenhado na disputa pelos fundos públicos.

Desse modo, adentrou-se a década de 1990 sem que as condições para o planejamento e a promoção do desenvolvimento local e regional fossem de fato recompostas, conseqüência também do fato de a nova Constituição ter focalizado só o elemento programático-operacional do planejamento, ligado aos orçamentos (Galvão e Brandão, 2003). A histórica associação entre a prática do planejamento e o autoritarismo dos sucessivos governos militares, incontornável desde 1964 – período em que essa atividade governamental logrou fortalecimento e disseminação no país –, não parece ter sido estranha ao pouco cuidado da Constituição para com o assunto: a nova Carta deveria justamente representar a superação, em diferentes sentidos, da recente fase de arbítrio. Passou-se a amargar, por conseguinte, um vácuo de arranjos institucionais capazes de estimular o debate democrático sobre os rumos do país, algo tanto mais inquietante na medida em que as mudanças macroeconômicas dos anos 1990 representaram desafios de grande envergadura para os diferentes espaços e regiões do país, agravando as questões regional e federativa (Lins, 2001).

A principal iniciativa do governo federal na última década do século XX, à guisa de proposta para uma estratégia de desenvolvimento que incorporasse a dimensão espacial, refere-se ao Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Sua concepção espelha, como não poderia deixar de ser, as vicissitudes do planejamento governamental brasileiro no período recente.

Galvão e Brandão (2003) ressaltam que essa proposta não só apresentou evolução um tanto errática, desde as formulações iniciais até a versão definitiva – correspondente ao estudo realizado por um consórcio privado (Consórcio Brasileira) na esteira de edital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) –, como contém imprecisões conceituais e ambigüidades. Embora Nasser (2000) identifique no Estudo dos Eixos o propósito de “redução das desigualdades inter-regionais através de uma disseminação de investimentos por todo o país” (p. 166), a ênfase das medidas propostas recai sobre a infra-estrutura de transporte, ensejando a conclusão de que o seu sentido maior é a proposição de “formas mais eficientes – em termos de logística e de ‘corredores de exportação’ – para se acessar os ‘bolsões de riqueza’ do território nacional, conectando os pontos dinâmicos (...)” (Galvão e Brandão, op. cit., p. 200). Realmente, evidencia-se no documento a prioridade da instalação de “uma eficiente malha logística para correr com a produção tradicional, no sentido do previamente existente, de cada região-eixo, integrando-o apenas aos mercados internacionais de *commodities*, e não a outras porções do território nacional” (op. cit., p. 201-202). Daí ter o resultado mais importante do Estudo tomado a forma de um “portfólio de investimentos nos setores considerados essenciais ao desenvolvimento social e econômico (...)” (Nasser, op. cit., p. 170).

Ora, como salienta Araújo (1998), “há imensos pedaços do Brasil que não são competitivos” (p. 173) e que, por isso, necessitam a efetiva promoção do seu desenvolvimento. Portanto, embora seja incorreto negar à estratégia consubstanciada no Estudo dos Eixos o mérito de ter ajudado a reintroduzir o debate sobre a dimensão espacial do desenvolvimento na agenda pública nacional, não é possível associá-la sem restrições ao esboço de uma política regional digna desse nome. Nas palavras de um dos participantes na elaboração desse na qualidade de consultor, o Estudo dos Eixos deixou “um saldo positivo do ponto de vista da retomada de um processo próximo ao planejamento regional no Brasil” (Ablas, 2003, p. 184), mas a idéia de eixo utilizada “pode não ser totalmente adequada ao papel de ferramenta para o processo de integração territorial e redução das disparidades regionais.” (op. cit., p. 185).

O quadro geral da ação pública em escala de nação acabou por estimular maneiras alternativas de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento em nível de Estados Federados. Contudo, muitas dessas iniciativas limitaram-se, via de regra, à atração de investimentos, principalmente com base em incentivos fiscais, envolvendo isenção ou redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e também o seu diferimento. Mas outros instrumentos também figuraram nas estratégias de atração: as concessões financeiras, possibilitadas por linhas de financiamento estaduais; o amparo em questões de infra-estrutura; e a simplificação dos processos de registro de empresas e de licitação. Embora tais iniciativas admitam a designação de movimentos para a promoção do desenvolvimento, o seu escopo tem sido restrito. O contraste é evidente com os

procedimentos observados, por exemplo, em países da União Européia, onde, muito além da atração de investimentos, são as inovações tecnológicas e os serviços de apoio à produção, entre outros aspectos, que tendem a ocupar o primeiro plano nos objetivos traçados (Brito e Bonelli, 1997).

Entretanto, nem tudo o que se protagonizou em escala subnacional apresentou essas características. Em vários estados apostou-se na criação de mecanismos de mobilização e articulação de atores sociais local-regionais em torno de objetivos de desenvolvimento, assim como na participação desses atores nas estruturas de planejamento e tomada de decisões, em escala de grupos de municípios. Bandeira (2000) examina cinco destas experiências: a dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, a dos Conselhos Municipais e Regionais de Desenvolvimento Sustentável do Ceará, a das Audiências Públicas Regionais em Minas Gerais, a dos Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado de Santa Catarina e a das Assembléias Orçamentárias Microrregionais do Espírito Santo. Os procedimentos nelas enfeixados ecoam, de uma forma ou de outra, recomendações de organismos internacionais, com respeito à promoção do desenvolvimento, em que a participação da sociedade civil tem status de palavra de ordem (op. cit.).

As iniciativas observadas em escala subnacional também se traduziram em instituições ao estilo das Agências de Desenvolvimento. Trata-se, normalmente, de "organismos criados sob o amparo do Setor Público (...), embora não sejam necessariamente de propriedade ou comando exclusivamente estatal. Situam-se, em geral, no mesoplano entre o público e o privado (nível público, mas não estatal) e são estatuídas de maneira concertada entre os agentes sociais envolvidos e, mesmo quando estatais, possuem elevada autonomia de ação" (Macedo, 1999, p. 51). As considerações sobre o potencial inovador desses espaços e sobre a "política de redes" (*policy networks*) voltada ao inter-relacionamento dos agentes local-regionais têm grande importância na idealização dessas Agências e na programação do seu funcionamento. Numa análise da experiência brasileira na matéria, Macedo (op. cit.) abordou a Agência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco; o Instituto do Desenvolvimento Industrial e a Agência de Distritos Industriais, ambos de Minas Gerais; a Agência de Desenvolvimento Tietê Paraná; a Agência de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul; o Centro Internacional de Negócios da Bahia-Promoexport; a Agência de Desenvolvimento do Paraná S. A.; a Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo. Várias dessas instituições tinham sido criadas na década de 1990 e, embora todas espelhassem os problemas que marcaram a economia brasileira no período recente, suas condições de atuação e seus desempenhos não eram homogêneos.

3. Associações de Municípios e Fóruns Regionais de Desenvolvimento no Planejamento Catarinense

Em Santa Catarina a experiência de planejamento e promoção do desenvolvimento, com caráter sistemático no seio da administração estadual remonta à década de 1950. O marco temporal não é fortuito, pois foi a partir daquele período, com as realizações do Governo Kubitschek, que o planejamento governamental avançou e se enraizou no Brasil. Portanto, as Associações de Municípios e os Fóruns Regionais de Desenvolvimento de Santa Catarina devem ser postos em perspectiva.

3.1. Nota sobre a trajetória do planejamento em Santa Catarina

Antes dos anos 1950, as atividades governamentais de planejamento eram esporádicas em Santa Catarina. Mesmo que problemas importantes tenham suscitado iniciativas de governo na forma de programas e projetos – como em relação às carências da infra-estrutura rodoviária –, as ações eram pontuais, realizadas fora de um marco de orientação mais abrangente para a atuação pública, com objetivos que realmente espelhassem coerência no conjunto das intervenções. Trata-se do que Ferreira F^o (1988) chamou de período do "planejamento eventual", em que, não obstante, utilizava-se o orçamento público como instrumento norteador da prática administrativa e, no terreno das preocupações com as regiões mais distantes da sede do poder político estadual, em que despontava o interesse pelo Oeste catarinense, objeto de medidas de cunho administrativo desencadeadas já nos anos 1920.

De meados da década de 1950 até a de 1970, o estado registrou seqüência de iniciativas que representaram um considerável caminho percorrido na prática do planejamento e da promoção do desenvolvimento. O primeiro passo correspondeu ao Plano de Obras e Equipamentos (POE), de execução iniciada em 1956 e tido como tentativa pioneira no que concerne à planificação da administração pública estadual em Santa Catarina. Os anos 1960 foram marcados pelo Plano de Metas do Governo (PLAMEG), nas versões primeira e segunda, correspondentes às duas gestões governamentais que, apesar de distintas, asseguraram a continuidade política no período. Sob clara influência do Plano de Metas, elaborado pelo Governo Kubitschek para a esfera federal, os PLAMEG I

e II apresentavam diretrizes para diferentes aspectos da socioeconomia estadual, valendo ressaltar que sua operacionalização foi garantida por recursos orçamentários previstos em lei. A ênfase no crescimento econômico, com vistas à superação dos problemas observados em vários setores do estado, traduziu-se em investidas na área de infra-estrutura e no amparo financeiro para investimentos privados, entre outras igualmente merecedoras de referência. A preocupação com a dimensão territorial do desenvolvimento no estado transparece, por exemplo, na elaboração de estudos como *Santa Catarina e a Zona Oeste* (Santa Catarina..., 1968).

Os anos 1970 registraram a elaboração de planos estaduais de governo (Projeto Catarinense de Desenvolvimento – 1971-1974; Plano de Governo – 1975-1979; Plano de Ação – 1979-1983) que, embora vinculados a gestões governamentais específicas, tinham em comum o fato de ressoar, quase sempre, as iniciativas em escala federal, consubstanciadas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Na primeira metade daquela década, a conjuntura econômica nacional era ainda influenciada pelo “milagre econômico” vivenciado desde o final dos anos 1960 e, apesar das dificuldades que se avolumavam também na órbita internacional, a atmosfera era propícia a orientações, por assim dizer, desenvolvimentistas. Melhorias nas diversas infra-estruturas, estímulo à produção industrial e avanços na integração estadual (desde sempre um problema crucial em Santa Catarina) perfilaram-se entre as realizações do período. Não menos importantes foram as tentativas de promoção do desenvolvimento em nível microrregional, com suporte do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, de atuação expressiva no fortalecimento do parque industrial, inclusive pelo incentivo à instalação de novas unidades produtivas (Desenvolvimento...1973). Estudos como *Vantagens Locacionais e Oportunidades Industriais* (Vantagens..., 1974) ilustram o interesse governamental do período na promoção do desenvolvimento local-regional por meio da atração de novos investimentos.

Entretanto, à medida que as condições econômicas mais gerais se deterioraram em escala nacional e internacional, tornaram-se as possibilidades da intervenção governamental, mesmo que as infra-estruturas – sobretudo de transporte e comunicações – continuassem a concentrar as atenções. Mas foi na década de 1980 que a situação passou a ostentar precariedade de fato inquietante. A partir dessa década, as margens de manobra da ação pública estreitaram-se consideravelmente, tendo em vista a marcada degradação do quadro econômico, contra pano de fundo que estampava a agonia do regime militar em seus estertores finais. Os primeiros anos da década assistiram à tentativa de montagem descentralizada de um plano de governo, com participação de todos os órgãos da administração estadual, mas “a continuação desta experiência (...) evidenciou-se impraticável, seja pelo despreparo da administração em seus níveis técnicos e políticos, seja pela falta de determinação do governo (...)” (Ferreira F^o, 1988, p. 65). Na segunda metade, a elaboração descentralizada dos instrumentos de ação governamental reingressou na administração do estado, cabendo ressaltar, principalmente, a criação de um importante instrumento de incentivo aos investimentos: o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), envolvendo diferimento no recolhimento do ICMS, preservado em gestões governamentais subseqüentes e, na década de 1990, objeto de subdivisão em programas setoriais. Igualmente digno de nota foi a realização dos Seminários Municipais e Regionais Permanentes, cobrindo a totalidade do território estadual, cujo objetivo era estimular a participação dos atores locais e, desse modo, subsidiar a administração estadual.

Ainda assim, a década de 1980 viu nascer o que Siebert (2001) considerou como “primeiro verdadeiro plano regional de Santa Catarina elaborado em termos físico-territoriais” (p. 146). Trata-se do trabalho intitulado *Política de Desenvolvimento Regional e Urbano para Santa Catarina*, conhecido como PDRU (Santa Catarina..., 1981), realizado pelo então Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral do governo do estado, com participação financeira e técnica de órgãos do governo federal, como o IPEA. Mirando, em termos amplos, a redução quer da dependência econômica do estado em relação a outros estados federados e países, quer das desigualdades sócio-espaciais em território catarinense, assim como a expansão da oferta de empregos e a fixação das populações rurais no campo, esse plano concebeu várias diretrizes que, inclusive pela sua limitada tradução em ações concretas, continuam pertinentes. Também fruto de trabalhos realizados desde os anos 1980, Santa Catarina registrou a elaboração, em 1990, do *Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio Econômico* – PIDSE, supervisionado pela então Secretaria de Estado de Coordenação e Planejamento. Implementado na forma de diagnósticos municipais, e marcado muito mais pela descrição da situação de cada município, com indicação de oportunidades de investimento, do que pela análise, esse programa evidenciou um certo interesse na descentralização da ação pública, seja na esfera administrativa, seja no tocante à promoção do desenvolvimento.

Nos anos 1990, os desafios incrustados nas mudanças macroeconômicas não parecem ter encontrado contrapartida à altura na ação estadual. O tempo dos planos de governo de grande alcance, com prováveis repercussões em diferentes regiões do estado, ficara para trás, em consonância com a tendência em escala nacional, e frustraram-se até as tentativas de fazer Santa

Catarina figurar no roteiro dos novos investimentos que a indústria automobilística realizou no Brasil. Além disso, nas sucessivas gestões governamentais, testemunharam-se desmembramentos, fusões e a extinção de órgãos, sem que se deixasse de amargar até mesmo uma grave crise institucional no poder executivo do estado. Como consequência, a “descontinuidade administrativa provocou o enfraquecimento da estrutura organizacional e a desarticulação das equipes técnicas de planejamento, prejudicando a eficiência governamental nesta área” (Siebert, 2001, p. 143). Ao mesmo tempo, a situação econômica do estado tinha a sua situação agravada em diferentes setores e regiões, significando, em certos casos, o estreitamento do horizonte de possibilidades que chegou a provocar um verdadeiro fluxo migratório para o exterior, como se observou no sul catarinense, de onde partiram muitas pessoas em direção a Boston, nos Estados Unidos (Silvestrini, 2001). O período revelava-se, assim, propício a experimentos, e, a despeito das dificuldades, avançou-se ao menos metodologicamente na liturgia do planejamento regional em Santa Catarina, que se traduziu no efetivo envolvimento das Associações de Municípios.

A realização que parece ter desencadeado essa maior participação das Associações de Municípios diz respeito ao *Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico Econômico* – PBDEE, que cobriu “o intervalo de 1992 a 1999, sendo assim o mais longo período contínuo de planejamento [de cunho socioeconômico e regional] na história de Santa Catarina. Representa a retomada do processo de planejamento para o desenvolvimento do Estado iniciado pelo PDRU na década anterior. Este plano, na verdade uma coleção de 18 Planos Regionais, foi o primeiro (...) elaborado de forma descentralizada, através de uma parceria entre o Governo do Estado e as Associações de Municípios. Esta parceria explica a inédita continuidade de um governo para outro, mesmo tendo havido no período troca de partidos políticos.” (Siebert, 2001, p. 152).

Contemplando um desenvolvimento integrado, sustentável e equilibrado, o PBDEE foi implementado com base em convênios com as 21 Associações de Municípios de Santa Catarina e implicou a realização periódica de seminários e *workshops* em que se expunham os resultados dos trabalhos e ocorriam trocas de informações e experiências entre os *staffs* regionais envolvidos. Apesar das dificuldades enfrentadas, como a da grande heterogeneidade das equipes técnicas montadas nas várias Associações de Municípios, a experiência revelou-se importante, tendo certamente alimentado a subsequente iniciativa (protagonizada em novo governo) do *Zoneamento Ecológico Econômico*. Para o que interessa neste artigo, o que deve ser sublinhado é que o PBDEE, mobilizando e fortalecendo as Associações Municipais, consistiu em moldura básica para o surgimento dos Fóruns de Desenvolvimento Regional em Santa Catarina.

3.2. Das Associações de Municípios aos Fóruns Regionais de Desenvolvimento

Os principais atores local-regionais mobilizados no âmbito do PBDEE, quais sejam, as Associações de Municípios, consistem em “entidades de duração indeterminada que visam a integração administrativa, econômica e social dos municípios, regidas por um estatuto e administradas por uma Presidência, assessoradas por Secretários e Tesoureiros. As sedes das Associações situam-se nas sedes das Microrregiões Polarizadas, onde atuam em regime de íntima cooperação com as entidades congêneres e afins, bem como órgãos estaduais, federais e entidades privadas e mistas.” (Santa Catarina..., 1986, p. 14).

Destinadas a cumprir finalidades de naturezas diversas – podendo-se assinalar, entre as básicas: assessoramento às prefeituras e câmaras de vereadores, estudos, planejamento, coordenação de iniciativas de promoção do desenvolvimento local e integrado em escala de microrregião, defesa dos interesses dos municípios –, as Associações de Municípios começaram a ser criadas em Santa Catarina na década de 1960. A primeira foi a Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), instalada em novembro de 1964, e desde então assistiu-se à progressiva regionalização do espaço catarinense por iniciativas de grupos de municípios que, guardando alguma aderência com a divisão em microrregiões polarizadas, introduziram um outro mosaico de cunho administrativo-institucional na cartografia do estado, um processo que resultou em 21 Associações até o momento atual (a relação encontra-se no site http://fecam.floripa.com.br/oim/relação_associações.sc.php). Na sua trajetória, essas entidades tiveram participação em importantes iniciativas de planejamento integrado e promoção do desenvolvimento, em escala estadual. Marcon e Marques (2001) assinalam, na passagem da década de 1970 para a de 1980, o envolvimento das Associações nas atividades que resultaram no orçamento estadual de 1981 e 1982; em meados dos anos 1980, caberia mencionar, conforme aquelas autoras, a participação na elaboração dos projetos de investimentos e do programa de assistência técnica aos municípios, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano para as Cidades de Pequeno Porte (efetuado com apoio do Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento).

Entretanto, foi na seqüência de ações que desembocaram no já comentado PBDEE que as Associações de Municípios foram de fato chamadas a participar do planejamento regional, com base na celebração de convênios de cooperação técnica com o governo estadual. A evolução das atividades enfiadas naquele trabalho acabou resultando na viagem de um grupo de prefeitos à Itália – prefeitos do oeste catarinense, como se referirá posteriormente – com o objetivo principal de obter informações sobre experiências estrangeiras de promoção do desenvolvimento local-regional e observar a institucionalização de estratégias desenhadas com essa finalidade. No retorno, e certamente sob o impacto do que a viagem proporcionou em matéria de conhecimento, foi criado o Fórum Catarinense de Desenvolvimento, em abril de 1996.

Segundo o seu Regimento Interno (disponível no *site* www.iel-sc.com/br/forumcat, consultado em 07/7/2003), o Fórum Catarinense de Desenvolvimento é um “órgão técnico de aconselhamento de diretrizes para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina”, tendo como objetivos: a integração das “instituições envolvidas com o desenvolvimento para que, de forma coordenada, concentrem esforços e recursos em ações prioritárias que visem o desenvolvimento harmônico e integrado (...)”; a priorização das “ações estratégicas em nível de Santa Catarina, organizando as diversas iniciativas, projetos e propostas de desenvolvimento”; o incentivo à “implementação de Fóruns e Agências Regionais de Desenvolvimento (...)”; a promoção de “parcerias de entidades de desenvolvimento do Estado com outras, nacionais e internacionais”. Instituição não governamental originada de uma iniciativa conjunta entre os setores público e privado, sua estrutura organizacional básica apresenta um Conselho Geral, um conselho Executivo e uma Agência de Desenvolvimento.

O Conselho Geral é formado por representantes das diferentes instituições públicas e privadas que o compõem e constitui na instância suprema das decisões do Fórum. O Conselho Executivo é integrado por representantes das entidades identificadas no Regimento e possui atribuições de planejamento, definição, proposição, incentivo e implementação das políticas e estratégias de desenvolvimento estaduais. Iniciativas interinstitucionais, inclusive no exterior, e encaminhamentos necessários às atividades de promoção do desenvolvimento também pertencem à órbita de atuação do Conselho Executivo. A Agência de Desenvolvimento, conhecida como Agência FORUMCAT, é o braço operacional do Fórum e apresenta estatuto próprio, que a define como “pessoa jurídica de direito privado sob regime de sociedade civil, sem fins lucrativos”. Sua criação objetivou reunir condições para instrumentalizar, viabilizar e implementar, em termos técnicos e administrativos, as decisões “em prol de ações e projetos voltados ao desenvolvimento regional/local e integrado no Estado de Santa Catarina”. Na ata da Assembléia Geral Extraordinária em que foi criada a Agência FORUMCAT, ocorrida em 11/03/1998, lê-se que as “entidades signatárias deste documento, representantes de lideranças empresariais, comunitárias, órgãos governamentais, instituições públicas e privadas e agentes financeiros, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico das diversas regiões do Estado de Santa Catarina, têm acordado entre si [, entre diversos dispositivos e procedimentos,] viabilizar e incentivar a implantação de ‘Fóruns Regionais de Desenvolvimento no Estado de Santa Catarina’, por intermédio das Associações de Municípios, Administrações Públicas Municipais, Iniciativa Privada, Universidades e outras instituições”.

Desde então, Santa Catarina registrou sucessão de instalações de Fóruns Regionais de Desenvolvimento que, até o presente, resultou em 15 Fóruns já criados e 5 em processo de criação, conforme levantamento feito em 07/7/2003 no *site* acima indicado. Os que se encontram em funcionamento, como indicado na Figura 1, são os seguintes: 1) Fórum de Desenvolvimento Regional do Médio Vale do Itajaí; 2) Fórum da Região Carbonífera; 3) Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado; 4) Fórum de Desenvolvimento do Meio Oeste Catarinense; 5) Fórum para o Desenvolvimento Integrado Sustentável da Serra Catarinense; 6) Fórum de Desenvolvimento da Região da AMERIOS; 7) Fórum de Desenvolvimento Regional do Alto Vale do Itajaí; 8) Fórum de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste Catarinense; 9) Fórum de Desenvolvimento da Região da AMUREL; 10) Fórum de Desenvolvimento Regional do Alto Uruguai Catarinense; 11) Fórum de Desenvolvimento das Regiões do Contestado e Planalto Norte; 12) Fórum de Desenvolvimento da Região do Extremo Sul; 13) Fórum de Desenvolvimento da Região do Alto Rio do Peixe; 14) Fórum de Desenvolvimento da Região da Foz do Rio Itajaí; 15) Fórum de Desenvolvimento da Região do Planalto Sul Catarinense. Os Fóruns em processo de criação dizem respeito às seguintes regiões: a) Grande Florianópolis; b) Alto Irani; c) Noroeste; d) Nordeste; e) Vale do Itapocú.

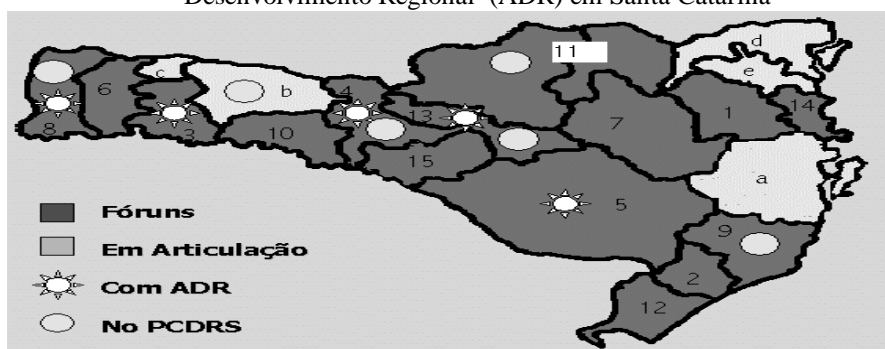
Cabe destacar que 5 Fóruns apresentam Agências de Desenvolvimento Regional (ADR): o Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado, sediado em Chapecó, o Fórum de Desenvolvimento do Meio Oeste Catarinense, sediado em Joaçaba; o Fórum para o Desenvolvimento Integrado Sustentável da Serra Catarinense, sediado em Lages; o Fórum de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste Catarinense, sediado em São Miguel do Oeste; e o Fórum de Desenvolvimento da Região do Alto Rio do Peixe, sediado em Videira. Com exceção da Agência de Desenvolvimento

pertencente ao Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado (tendo em vista o seu caráter pioneiro, como se falará depois), essas instituições têm sido criadas no âmbito do PCDRS (Programa Catarinense de Desenvolvimento Regional e Setorial), implementado pelo SEBRAE-SC e pelo Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina com apoio do governo estadual e de órgãos inter-estaduais, como o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, um programa do qual participam mesmo regiões que não tenham ainda Fóruns Regionais instalados, como a Região do Alto Irani.

Portanto, o processo de constituição dos Fóruns Regionais de Desenvolvimento desenrolou-se no bojo das atividades do Fórum Catarinense de Desenvolvimento, principalmente a partir da criação do braço operacional deste, a Agência FORUMCAT. O sentido da sua instalação, pelo menos no que tange à motivação subjacente, transparece em documento de divulgação das iniciativas dessa Agência (acessível no mesmo *site* já mencionado) onde se informa que os Fóruns "são organizações constituídas em determinados espaços regionais do Estado, visando:

- Congregar as instituições para o desenvolvimento regional;
- Estimular a integração público/privada;
- Promover o debate das questões do desenvolvimento local/regional;
- Fortalecer e aperfeiçoar as organizações locais e a cidadania. Para isso se faz necessário:
- Um acordo entre as organizações públicas e privadas da região – Pacto Social;
- Um acordo entre os municípios da região – Pacto Territorial;
- Organizar, institucionalmente, um conselho consultivo/deliberativo e uma estrutura técnico-operativa;
- Estabelecer um plano estratégico para as ações de curto e médio prazo do fórum da região"

Figura 1: Fóruns Regionais de Desenvolvimento e Agências de Desenvolvimento Regional (ADR) em Santa Catarina



Fonte: www.iel-sc.com.br/forumcat/foruns.htm, consultado em 07/7/2003

Obs.: ADR: Agência de Desenvolvimento Regional

PCDRS: Programa Catarinense de Desenvolvimento Regional e Setorial

As realizações do Fórum Catarinense de Desenvolvimento desde a sua criação, sintetizadas no Quadro 2, fornecem uma idéia sobre o que os Fóruns Regionais podem significar para as estruturas socioeconômicas de diferentes regiões de Santa Catarina. É verdade que, até recentemente, boa parte da atuação do FORUMCAT vinculou-se à promoção de eventos (encontros, seminários). Aparentemente, o objetivo básico tem sido a disseminação de informações sobre a importância das iniciativas em escala local-regional para estimular o desenvolvimento e a motivação dos atores com importante presença em nível de município ou de Associação de Municípios no sentido de um efetivo engajamento no esforço de promoção. Todavia, cabe salientar que a tentativa de mobilizar e envolver esses atores acena com perspectivas concretas de fortalecimento de um planejamento de cunho mais participativo, mesmo que ainda exista muito a ser feito nessa direção e que o empreendimento se revele árduo e, não raramente, errático. Dessa maneira, é difícil refutar o ponto de vista de que as iniciativas protagonizadas no âmbito do Fórum Catarinense de Desenvolvimento apresentam um considerável ineditismo em Santa Catarina, a julgar pelo que deixou entrever o breve histórico das iniciativas de planejamento do desenvolvimento no estado, apresentado anteriormente.

Assinale-se ainda que essa mobilização de atores local-regionais é importante em si mesma pelo que evoca de possibilidade para a construção de algo como uma "solidariedade na esfera local-regional". Tal fórmula mostra-se certamente impregnada de otimismo sobre o alcance das medidas postas em prática, mas parece refletir o que se pretende indicar com as idéias de Pacto Social e Pacto Territorial, referidas nos documentos de divulgação do FORUMCAT. Contudo, o envolvimento efetivo dos agentes há de ter repercussões positivas até mesmo no plano técnico-administrativo, contribuindo para acelerar procedimentos, um aspecto tangenciado por Siebert (2001) quando essa autora destaca ser "interessante notar que a intimidade com a região faz com que os Fóruns Regionais prescindam

dos extensos diagnósticos comuns nos planos estatais, substituindo-os pela vivência e conhecimento dos problemas como forma de embasar a elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento regional.” (p. 159).

Uma observação sobre o que tem sido efetuado no Fórum Regional precursor, criado pela Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC) – ela própria uma das primeiras Associações de Municípios do estado, instalada em fevereiro de 1968 –, permite uma idéia mais aproximada sobre o potencial incrustado nessa maneira de refletir e atuar com respeito à promoção do desenvolvimento. Uma maneira que, representando a descentralização dos diversos tipos de procedimentos enfeixados nessa promoção, adquiriu contornos de quase paradigma no período recente em diferentes latitudes, como se apontou na primeira parte deste artigo.

Quadro 2: Principais realizações do Fórum Catarinense de Desenvolvimento com relação às atividades de promoção do desenvolvimento: 1996 – 2001

Ano	Realizações
1996	<ul style="list-style-type: none"> - apoio ao Projeto para o Desenvolvimento da Região Oeste de Santa Catarina, elaborado pelo Instituto Nomisma (Itália) sob a coordenação da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina e do Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado da Região Oeste; - organização de missão técnica à Itália, para conhecer aspectos da experiência desse país na promoção das indústrias de menor porte; - organização do II Seminário Catarinense de Desenvolvimento.
1997	<ul style="list-style-type: none"> - apoio à implementação do Projeto Piloto de Desenvolvimento da Região Oeste de Santa Catarina, elaborado pelo Instituto Nomisma; - iniciativas para a criação de Fóruns Regionais de Desenvolvimento em 15 regiões do Estado; - promoção de vários <i>workshops</i> sobre assuntos importantes para o desenvolvimento, reunindo instituições de diferentes áreas de atuação; - criação de câmaras temáticas permanentes em Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação Profissional; - medidas para a criação de banco de dados com informações municipais; - participação no Projeto de Desenvolvimento Regional da Bacia do Uruguai e da Bacia do Iguaçu; - realização do III Seminário Catarinense de Desenvolvimento.
1998	<ul style="list-style-type: none"> - constituição do Fórum de Desenvolvimento Regional do Médio Vale do Itajaí; - ações para a criação/consolidação de Fóruns Regionais nas áreas de Araranguá, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Videira, Concórdia, Canoinhas, Rio do Sul e Joaçaba; - contratação de Projeto de Implementação e Qualificação dos Fóruns de Desenvolvimento de Santa Catarina (Projeto IQADE/SC) junto à Associação Européia de Agências de Desenvolvimento e à Agência de Desenvolvimento de Setúbal (Portugal); - realização de reuniões regionais e negociação de recursos com vistas ao Projeto IQADE/SC; - criação da Câmara Temática de Crédito; - realização de cursos para agentes com atuação junto aos Fóruns Regionais; - realização do IV Seminário Catarinense de Desenvolvimento.
1999	<ul style="list-style-type: none"> - realização do I Encontro Estadual de Fóruns Regionais de Desenvolvimento (Florianópolis); - realização da V Reunião do Fórum Nacional de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável; - realização do II Encontro Estadual de Fóruns Regionais de Desenvolvimento (Lages); - realização do III Encontro Estadual de Fóruns Regionais de Desenvolvimento (Rio do Sul); - realização do V Seminário Catarinense de Desenvolvimento Regional; - realização do I Seminário de Desenvolvimento do Planalto Norte; - realização do IV Encontro Estadual de Fóruns Regionais de Desenvolvimento (Treze Tílias); - constituição de 4 Fóruns Regionais de Desenvolvimento (Regiões do Contestado, do Extremo Sul Catarinense, do Planalto Norte e da Grande Florianópolis); - constituição de 5 Comitês Provisórios (Regiões do Noroeste Catarinense, da Foz do Rio Itajaí, do Vale do Itapocú, do Nordeste de Santa Catarina, do Alto Irani); - visitas técnicas a diversas regiões com intuito de sensibilização, levantamento das condições dos Fóruns ou assessoria na organização destes.
2000	<ul style="list-style-type: none"> - realização do V Encontro Estadual de Fóruns Regionais de Desenvolvimento (Piratuba); - realização do VI Encontro Estadual de Fóruns Regionais de Desenvolvimento (Araranguá); - realização do VII Encontro Estadual de Fóruns Regionais de Desenvolvimento (Mafra); - realização de <i>workshop</i> sobre Planejamento Estratégico.
2001	<ul style="list-style-type: none"> - realização do VIII Encontro Estadual de Fóruns Regionais de Desenvolvimento (São Miguel do Oeste); - realização de Seminário de Integração Regional no Planalto Norte; - realização de Seminário de Integração Regional no Meio Oeste Catarinense; - realização do I Seminário para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Assessores Municipais; - encaminhamento para a implantação do Fórum de Desenvolvimento Regional da Foz do Rio Itajaí.

Fonte: www.iel-sc.com.br/forumcat

4. Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC)

Primeiro Fórum Regional de Desenvolvimento constituído em Santa Catarina, o Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI) da AMOSC é formado por mais de cem entidades públicas e privadas, que incluem: instituições federais e estaduais com presença na região; instituições empresariais; instituições públicas de alcance municipal; superintendências ou bancos de desenvolvimento; organismos de apoio às empresas; agroindústrias e cooperativas agroindustriais (refletindo o perfil produtivo da área); organizações de trabalhadores; organizações não governamentais; universidade regional. A área de abrangência das ações do FDRI compreende 20 municípios do oeste de Santa Catarina (Figura 2) e abriga uma população total de aproximadamente 250.000 pessoas.

Esse Fórum resultou do I Seminário sobre Planejamento e Desenvolvimento Regional, realizado em 1995, e sua criação espelhou a percepção de que os problemas regionais afiguravam-se graves e requeriam medidas de equacionamento coordenadas e eficazes. De fato, diagnósticos sobre a realidade socioeconômica do oeste de Santa Catarina têm dado conta de que a região vivenciou – e ainda vivencia – quadro de inquietante crise, na base da qual despontam os impasses da agroindústria de suínos e aves, historicamente escorada em sistema de integração entre empresas do setor agroindustrial caracterizadas por grandes escalas produtivas e a produção agrícola familiar. A emigração da população rural, com abandono de áreas e conseqüente tendência de esvaziamento em alguns municípios (Caracterização..., 2000), e o comprometimento de mananciais de água por conta da grande concentração da suinocultura em vários locais são algumas das mais importantes manifestações da crise (Testa et al., 1996). Note-se que as perspectivas pioraram em face do que foi identificado, não sem um certo exagero, como um processo de desindustrialização regional: grandes agroindústrias da área instalaram novas capacidades de processamento em outros estados do país, em especial na Região Centro-Oeste, principalmente por conta dos incentivos fiscais oferecidos (Helfand e Rezende, 1998).

Frente a esse quadro, o FDRI surgiu como resposta institucional que rapidamente ganhou vigor com a criação, no seu âmbito, do SAGA Instituto de Desenvolvimento Regional, uma agência de desenvolvimento que se apresenta como o braço operacional do Fórum. Os objetivos do SAGA incluem, conforme entrevista com o seu atual Diretor-Presidente (realizada em julho de 2002 como parte da pesquisa que nutriu este estudo): a integração das instituições representantes das organizações sociais e econômicas da AMOSC; o planejamento e a implementação das iniciativas definidas como estratégicas para o desenvolvimento regional; o incentivo a diferentes atividades econômicas; e a elaboração e programação de políticas econômicas e sociais. Segundo a entrevista, uma viagem realizada por prefeitos da região à Itália em meados dos anos 1990 (com visitas particularmente na região de Bolonha) teria sido decisiva para a criação do FDRI e para a orientação das suas atividades por meio do SAGA. O contato com experiências de promoção do desenvolvimento local-regional na chamada Terceira Itália resultou na contratação dos serviços do Instituto Nomisma, daquele país, para a elaboração de um plano com alternativas de desenvolvimento para a região da AMOSC. O surgimento do FDRI e do SAGA é, portanto, indissociável desse conjunto de providências, tanto assim que, do plano realizado pelo Instituto Nomisma, vários projetos encontram-se em implementação sob os auspícios do FDRI. Esses projetos, de responsabilidade de diferentes instituições congregadas pelo FDRI, dizem respeito ao seguinte:

- consórcio e tutela dos produtos agrícolas regionais
- marca regional (“guarda-chuva”) dos produtos agrícolas da área
- observatório econômico
- desenvolvimento de associações empresariais
- mecanismos de incentivos empresariais
- núcleo de crédito
- núcleo de capacitação profissional

As informações obtidas diretamente no SAGA mostram que, desses projetos, um dos que mais se desenvolveram foi o referente à marca regional (“guarda-chuva”) dos produtos agrícolas. O que se almeja, essencialmente, é a definição de marcas comerciais para esse tipo de produto, para o que se elaboraram “disciplinares de produção”, que são espécies de guias a serem utilizados pelos agentes (agricultores e beneficiadores, individualmente ou coletivamente, em cooperativas) desde a produção primária até a transformação/comercialização. Quando as diretivas são acatadas ao longo da cadeia, com reflexo na qualidade dos produtos, a marca regional – um exemplo é a marca Castália – pode ser

utilizada. Note-se que a marca pertence ao SAGA, que permite o seu uso aos produtores. Sob a responsabilidade maior da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), esse projeto já tinha definido (até o momento da visita ao SAGA, em agosto de 2002) "disciplinares" para seis tipos de produto: produtos da horticultura, sobretudo o pepino, frutas, derivados da cana de açúcar, derivados de suínos, derivados de leite e mel. O exemplo relatado pelo Diretor-Presidente do SAGA referiu-se às atividades de agroindústrias familiares, organizadas na forma de cooperativas, que atuam com derivados de cana-de-açúcar (produzindo melado, rapadura e açúcar mascavo).

Figura 2: Área de abrangência do Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado da AMOSC



Fonte: www.amosc.org.br/municipios/municipios.htm, consultado em 12/7/2003

Outro projeto assinalado é o relativo aos mecanismos de incentivos empresariais, cuja primeira experiência era uma iniciativa no Município de Quilombo, onde a Prefeitura alocou R\$ 50.000,00 de seus recursos próprios na instalação de uma cooperativa de produtores e beneficiadores de pepinos. Antes dessa medida, os agricultores plantavam e vendiam *in natura* para a indústria; com o projeto, criou-se uma cooperativa equipada com maquinário para beneficiamento – preparação de conservas – e para embalagem em recipientes de vidro. No momento da entrevista, as famílias participantes produziam e comercializavam pepinos em conserva com a marca Castália, mencionada acima, indicando um cruzamento deste projeto, em que a instituição com maior responsabilidade é a AMOSC, com o da marca "guarda-chuva". Os bons resultados, segundo o Diretor-Presidente do SAGA, estavam estimulando a expansão das atividades da cooperativa para outros produtos, como geléia de laranja e doce de uva.

Além desses projetos, o FDRI desenvolve através do SAGA os Estudos do Plano Básico de Desenvolvimento Regional, pilotados pela AMOSC. Integram esse projeto as iniciativas a seguir:

- a) Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS-AMOSC), que visa garantir prestação de serviços de saúde especializados em toda a microrregião por meio das secretarias de saúde municipais;
- b) Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente (CIDEMA), com os seguintes programas associados:
 - Programa de Alimentação Municipal, com assessoria na área de alimentos (merenda escolar, por exemplo);
 - Programa Iberê, de gerenciamento ambiental nas microbacias hidrográficas;
 - Programa Proágua, que promove o controle de qualidade da água consumida pela população, com monitoramento e proteção de fontes, poços e redes de distribuição;
 - Programa Coopercasa, pelo qual se incentiva o desenvolvimento rural com base na industrialização associada, mirando a agregação de valor aos produtos agrícolas.
- c) Credioeste, que procura estimular empreendimentos de pequeno porte, combatendo a pobreza, pela concessão de micro-crédito para pessoas de baixa renda; esse programa

envolve, além dos municípios da AMOSC, os da AMAI (Associação dos Municípios do Alto Irani) e da AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense).

É difícil refutar a pertinência das iniciativas desencadeadas no âmbito do FDRI no intuito de criar alternativas em região que, tendo em vista as mudanças das últimas décadas, carece de possibilidades de geração de renda e emprego e também de melhores cuidados com o meio ambiente. Mesmo que os procedimentos adotados até agora apresentem resultados heterogêneos, no que concerne aos seus reflexos econômicos e sociais, o conjunto representa uma considerável investida no terreno da promoção descentralizada e participativa do desenvolvimento em Santa Catarina e até, pode-se considerar, em nível de país. Assinale-se igualmente que a importância do FDRI e do seu braço operacional, o SAGA, transcendeu os limites da AMOSC, agrupamento de municípios que consiste no seu território de referência e atuação. Pelo menos é o que sugere o envolvimento do SAGA, desde 2001, no Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, do governo federal, que abrange 415 municípios do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 130 deles em solo catarinense. O termo de convênio entre o Ministério da Integração Nacional e o SAGA especifica na sua cláusula primeira que o segundo se encarregaria das atividades de "apoio ao desenvolvimento dos segmentos de turismo rural e agroturismo, ecoturismo e turismo de aventura, de acordo com o plano de trabalho devidamente aprovado (...)", em toda a mesorregião. Mesmo que a recente mudança na administração federal possa ter acarretado modificações naquele programa, a participação do SAGA – e não, por exemplo, de um órgão do governo estadual – é algo, sem dúvida, significativo, autorizando o reconhecimento de que o caminho percorrido institucionalmente na região está longe de ser desprezível.

Entretanto, não se deve ficar com a impressão de que o FDRI e o SAGA não enfrentam problemas. Segundo o Diretor-Presidente do SAGA, as dificuldades sempre foram grandes, e entre as razões disso perfila-se a pouca (se alguma) atenção do governo do estado, que praticamente nada fazia – ao menos até o período em que foi realizada a entrevista – para melhorar as condições de funcionamento locais. O que se conseguiu foi consequência das relações pessoais do Diretor-Presidente, um funcionário de carreira da EPAGRI que exercera anteriormente função de chefia em Florianópolis, uma experiência que, conforme insinuado na entrevista, lhe rendera boas relações, assegurando, por exemplo, que o SAGA pudesse estar instalado em prédio (com más condições, diga-se) da CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), que a sua conta telefônica fosse paga nesse mesmo sistema de auxílio e que até um carro novo lhe tivesse sido destinado por conta da benevolência de algum organismo da administração estadual. Mas a influência das relações pessoais não se esgotava nesses aspectos. O fato de, entre os vários projetos desenvolvidos pelo FDRI-SAGA, os maiores avanços recaírem no projeto sobre a marca "guarda-chuva" para produtos agrícolas e, no que tange ao projeto de incentivos empresariais, relacionarem-se à criação de uma cooperativa de agricultores-beneficiadores de produtos hortícolas, refletia, conforme reconhecido na própria entrevista, a trajetória profissional do Diretor-Presidente do SAGA, desenhada no setor agrícola.

Considerações Finais

A descentralização dos mecanismos de incentivo e amparo ao desenvolvimento socioeconômico tem marcado a reflexão e a prática no correspondente segmento das políticas públicas nas últimas décadas, conforme assinalado no início deste artigo. Diante das mudanças na forma de atuar do Estado, seja pela reorientação político-ideológica, seja por restrições de diferentes naturezas, e em face tanto das possibilidades oferecidas pelas novas formas de organizar a produção quanto dos desafios relacionados às mudanças econômicas contemporâneas, não foram poucas as regiões que procuraram, ou se viram compelidas nessa direção, a tomar as rédeas do seu futuro nas suas próprias mãos. Algumas lograram mais êxito do que outras, valendo assinalar que as diferenças de possibilidades e de resultados constituem, elas mesmas, um instigante tema para investigação. Os melhores resultados parecem derivar de uma maior capacidade para arregimentar forças em torno de objetivos mais ou menos comuns, com interações no nível local-regional que favoreçam ações decisivas para promover o desenvolvimento. Mas os casos de sucesso não devem ser interpretados como evidência de que tudo é possível na esfera local-regional. A rigor, a margem de manobra nesse plano é estreita, pois a macroeconomia permanece como instância de determinação proeminente e a "governança" local-regional possui alcance restrito a alguns aspectos da reprodução social nessa escala. Todavia, o que se alcançar nesse plano pode vir a cumprir um papel importante, como indica a experiência das Associações de Municípios e dos Fóruns de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina, em especial o caso do oeste catarinense, com o FDRI e o SAGA.

Cabe assinalar que em Santa Catarina o atual momento acena com a intensificação das iniciativas de administração e promoção do desenvolvimento próximas dos próprios atores locais-regionais. É que a gestão governamental iniciada em 2003 atribuiu à descentralização das ações da administração estadual um papel de grande relevo no quadriênio recém iniciado. De fato, a Lei Complementar nº 243, de 30/01/2003, que estabelece a nova estrutura administrativa do poder executivo catarinense, anuncia no seu artigo 9º que a "execução das atividades da administração estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará preponderantemente pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e por outros órgãos de atuação regional". Com idealização claramente inspirada nos exemplos de gestão local apresentados por países europeus, com realce para a Itália, essas secretarias são em número de 29, com sedes nas principais cidades das regiões. Em julho de 2003, essas instituições iniciam um importante procedimento: audiências públicas envolvendo o Conselho de Desenvolvimento Regional de cada uma das 29 regiões – conselhos integrados pelos prefeitos municipais, presidentes das câmaras de vereadores e por dois membros da sociedade civil de cada município – com vistas a recolher os elementos que permitirão estruturar o orçamento estadual de 2004 e farão parte do Plano Plurianual (PPA) para o período 2004-2007 (Minosso, 2003).

Uma interrogação pertinente diante dessa inovação em Santa Catarina é sobre o quanto esse sistema de 29 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional representará de articulação efetiva com as Associações de Municípios e os Fóruns de Desenvolvimento Regional. O assunto merece atenção, para que se evitem repetições de iniciativas e sobreposição de atividades, com os desperdícios decorrentes, e para que se garanta a adequada continuidade de projetos e estratégias importantes, com utilização do conhecimento acumulado e a valorização do que já se logrou realizar em diferentes casos.

Referências Bibliográficas

- ABLAS, L. O "Estudo dos Eixos" como instrumento de planejamento regional. In: GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A., GALVÃO, A. G. (Orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003, p. 171-186.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 4, nº 2, 2000, p. 379-397.
- ARAÚJO, T. B. de. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, L., CARLEIAL, L. M. da F., NABUCO, M. R. (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: ANPUR/HUCITEC, 1993, p. 87-95.
- ARAÚJO, T. B. de. O elogio da diversidade regional brasileira. In: MINEIRO, A. dos S., ELIAS, L. A., BENJAMIN, C. (orgs.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 161-181.
- BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F., BANDEIRA, P. S. (orgs.). *Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 23-128.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. *Ensaio FEE*, v. 16, nº 1, 1995, p. 221-241.
- BENKO, G., LIPIETZ, A. (eds.). *Les régions qui gagnent*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- BOISIER, S. et al. La descentralización: el eslabon perdido de la cadena transformación productiva con equidad y sustentabilidad. *Cuadernos del ILPES*, nº 36, CEPAL-ILPES, 1992.
- BOISIER, S. La política regional en América Latina bajo el signo de la globalización. In: A POLÍTICA regional na era da globalização. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. (Debates, nº 12), 1996, p. 83-110.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRITO, A. F. de, BONELLI, R. Políticas industriais descentralizadas: as experiências européias e as iniciativas subnacionais no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, nº15, jun.1997, p. 163-209.
- CAMARGO, A. *A federação acorrentada: nacionalismo desenvolvimentista e instabilidade democrática*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 16, Caxambu. *Anais...*, Caxambu, 1992.
- CANO, W. Perspectivas para a questão regional no Brasil. *Ensaio FEE*, v.15, nº2, 1994, p.312-320.
- CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul/IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR/IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.
- CORAGGIO, J. L. *La relevancia del desarrollo regional en un mundo globalizado*. SEMINARIO TALLER INTERNACIONAL: CULTURA Y DESARROLLO: LA PERSPECTIVA REGIONAL/LOCAL, IADAP, Quito, 15-17 marzo, 2000.
- DESENVOLVIMENTO micro regional e municipal: política e ação. Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Florianópolis, 1973.
- DINIZ, C. C., CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 6, nº 1, jul. 1996, p. 77-103.

ESSER, J., HIRSCH, J. The crisis of fordism and the dimension of a "post-fordist" regional and urban structure. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.13, nº3, 1989, p.417-437.

FERREIRA Fº, R. Santa Catarina: rumo ao planejamento governamental sistêmico? *Análise Conjuntural de Santa Catarina*, v. 4, nº 8, jul.-dez. 1988, p. 60-70.

FRIEDMANN, J. The regional policy problem. In: ---. *Regional development policy: a case study of Venezuela*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1966, p. 5-19.

GALVÃO, A. C. F., BRANDÃO, C. A. Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento". In: GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A., GALVÃO, A. G. (Orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003, p. 187-205.

GAROFOLI, G. Economic development, organization of production and territory. *Revue d'Economie Industrielle*, nº 64, 2º trimestre 1993, p. 22-37.

GAUDEMAR, J.-P. de. Débat: l'aménagement du territoire: nouvelles donnes? *L'Espace Géographique*, nº 4, 1989, p. 273-290.

GLYN, A. et al. The rise and fall of the golden age. In: MARGLIN, S., SCHOR, J. B. (eds.). *The golden age of capitalism: reinterpreting the postwar experience*. Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 39-125.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. *Planejamento e Políticas Públicas*, nº 15, jun. 1997, p. 41-95.

HADDAD, P. R. O que fazer com o planejamento regional no Brasil da próxima década? *Planejamento e Políticas Públicas*, nº 1, jun. 1989, p. 67-91.

HARVEY, D. The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of the Marxian theory. In: PEET, R. (ed.). *Radical geography: alternative viewpoints on contemporary social issues*. London: Methuen, 1978, p. 263-292.

HELFAND, S., REZENDE, G. C. Mudanças na distribuição espacial na produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste. *Texto para Discussão*, nº 611, Rio de Janeiro, IPEA, 1998.

JESSOP, B. Post-Fordism and the State. In: AMIN, A. (ed.). *Post-Fordism: a reader*. Oxford: Blackwell, 1994, p. 251-279.

JOHNSTON, R. J. The State, the region, and the division of labour. In: SCOTT, A. J., STORPER, M. (eds.). *Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism*. Winchester: Allen & Unwin, 1986, p. 265-280.

LEBORGNE, D., LIPIETZ, A. *Idées fausses et questions ouvertes de l'après-fordisme*. Paris: CEPREMAP, nº 9103, nov. 1990.

LINS, H. N. A questão regional na aurora do século XXI: os desafios da globalização. *Ensaio FEE*, v. 22, nº 2, 2001, p. 78-101.

LIPIETZ, A. *Le capital et son espace*. Paris: La Découverte, 1977.

LIPIETZ, A. *Aménagement du territoire et développement endogène*. Paris, Conseil d'Analyse Economique nº 31, 2001 (Rapport au Conseil d'Analyse Economique).

LIPIETZ, A. Du développement local au développement durable. *Territoires*, nº 431, Oct. 2002.

MACEDO, M. de M. Agências de Desenvolvimento e *Policy Networks*: noções conceituais e exemplos das experiências internacional e nacional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, nº 96, maio/ago. 1999, p. 49-76.

MARCON, M. T. de R., MARQUES, V. M. As Associações de Municípios e o planejamento regional em Santa Catarina. In: SIEBERT, C. (org.). *Desenvolvimento regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas*. Blumenau: Edifurb, 2001, p. 189-211.

MINOSSO, A. A hora de colher propostas regionais. *Diário Catarinense*, 20/7/2003, p. 9.

MOULAERT, F., SWYNGEDOUW, E., WILSON, P. Spatial responses to fordist and post-fordist accumulation and regulation. *Papers of the Regional Science Association*, v. 64, 1988, p. 11-23.

NADVI, K., SCHMITZ, H. Industrial clusters in less developed countries: review of experiences and research agenda. *Discussion Paper*, nº 339, Brighton, University of Sussex, IDS, Jan. 1994.

NASSER, B. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 7, nº 14, dez. 2000, p. 145-178.

PECQUEUR, B., SILVA, M. R. Industrialisation diffuse et développement. *Estudos de Economia*, Lisboa, v. 9, nº 4, Jul.-Set., 1989, p. 427-448.

PERROUX, F. *A economia do século XX*. Lisboa: Morais Editora, 1967.

REQUIER-DESJARDINS, D. Multifonctionnalité, territoire et secteur agroalimentaire: une approche par les "systèmes agroalimentaires localisés". *Cahiers du C3ED*, Université de Versailles, nº 02-01, Juin 2002.

SANTA CATARINA e a Zona Oeste. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul/Divisão de Estudos Econômicos, Porto Alegre, 1968.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. *Política de desenvolvimento regional e urbano para Santa Catarina*. Florianópolis, 1981.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. *Atlas de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

SCHMITZ, H., MUSYCK, B. Industrial districts in Europe: policy lessons for developing countries? *World Development*, v. 22, nº 6, 1994, p. 889-910.

SCOTT, A. J. Flexible production systems and regional development: the rise of new industrial spaces in North America and Western Europe. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 12, nº 2, 1988, p. 171-186.

SIEBERT, C. Panorama do planejamento regional em Santa Catarina: da centralização à construção da solidariedade regional. In: ---- (org.). *Desenvolvimento regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas*. Blumenau: Edifurb, 2001, p. 139-166.

SILVESTRINI, G. De Criciúma para Boston. *Gazeta Mercantil*, 02/8/2001, p. A1 e A6.

SIQUEIRA, T. V. de, SIFFERT Fº, N. F. Desenvolvimento regional no Brasil: tendências e novas perspectivas. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 16, dez. 2001, p. 79-118.

TESTA, V. M. et al. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão)*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

VANTAGENS locacionais e oportunidades industriais. Governo do Estado de Santa Catarina, 1974.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.